

Ata da Audiência Pública da Gestão em Saúde do 1º Quadrimestre de 2014 em 03.11.2014.

Aos 03 dias do mês de novembro do ano de 2014, às 17h, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Taquara/RS, realizou-se **AUDIÊNCIA PÚBLICA** referente ao Relatório de Monitoramento da Gestão em Saúde do 1º Quadrimestre de 2014, sob a Presidência do Vereador Arleu Machado de Oliveira (PP), o qual contou com a presença dos seguintes Vereadores: Adalberto Carlos Soares (PP), Adalberto dos Santos Lemos (PDT), Anildo Ribeiro Araújo (PP), Guido Mario Prass Filho (PP), Régis Bento de Souza (PMDB), Sandra Beatriz Schaeffer (PSDB), Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), Telmo Vieira (PTB) e Valdecir Vargas de Almeida (PROS). Ausentes os Vereadores: Eduardo Carlos Kohlrausch (PTB), Lauri Fillmann (PDT), Luiz Carlos Balbino de Oliveira (PTB), Moisés Cândido Rangel (PSC) e Nelson José Martins (PMDB). Por determinação do Presidente desta Casa, Vereador Arleu Machado de Oliveira, a Diretora Legislativa, senhora Marilene Wagner deu início a presente Audiência Pública referente à apresentação do Relatório de Monitoramento da Gestão em Saúde do 1º Quadrimestre de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde. A respectiva Audiência Pública foi solicitada pelo Prefeito Municipal, senhor Tito Lívio Jaeger Filho, através do Ofício N° 533/2014 e agendada para o dia de hoje, conforme Ofício D.L. nº 846/2014, encaminhado pelo Presidente desta Casa. A partir deste instante o Presidente desta Casa deu início aos trabalhos da tarde, cumprimentando todas as pessoas presentes, momento em que convidou as Servidoras do Executivo Municipal, senhoras Lidiane Dama e Mariane Farias, para fazerem parte da Mesa Diretora para a apresentação nesta Audiência Pública da prestação de contas do 1º quadrimestre de 2014 da Secretaria Municipal de Saúde. Nesse sentido inicialmente a Servidora Lidiane procedeu na leitura do Relatório e Parecer da Comissão Permanente de Fiscalização e Ouvidoria do Conselho Municipal da Saúde de Taquara – COPERFO, e, após fez a explanação da planilha de execução da receita e despesa do período de 01/01/2014 a 30/04/2014 separadas pelas fontes Municipal, Estadual e Federal. Durante a apresentação houve questionamentos dos Vereadores Sirlei Silveira, Guido Mario Prass Filho e Adalberto Lemos, os quais foram sanados pela Servidora Lidiane. Também manifestou-se o Vereador Régis de Souza que solicitou que seus pronunciamentos constassem nesta Ata como segue: Vereador Régis de Souza: Falou a respeito do relatório e Parecer do COPERFO, onde foram averiguadas as informações referentes ao 1º quadrimestre de 2014, tendo o município aplicado 17,08% das receitas de impostos e transferências constitucionais pelas despesas liquidadas, no qual também consta na Ata da reunião do dia 26.08.2014. Já no Relatório da Execução da Receita e Despesa emitido em 09.09.2014, referente ao período de 01/01/2014 a 30/04/2014 diz que a Receita Municipal aplicada em Saúde com despesas pagas é de 20,21%. Sobre este questionamento a Servidora Lidiane informou que neste caso houve um erro de digitação. Continuando com a manifestação o Vereador Régis colocou que 17,08% daquilo liquidado, aquilo que está por pagar que foi investido e chega-se a 20,21% ou 20,22%, daí tem que atualizar essa informação, com relação àquilo que foi pago, então foi passado do previsto 03,13% que ainda ficou a pagar ainda. Nesta questão a Servidora Lidiane complementou que são dois relatórios completamente diferentes e por isso geram essa dúvida e esse entendimento meio complicado de se entender, o relatório de gestão é o que teve o erro de digitação e o outro relatório retém o valor do SIOPS que pega para cálculo esse 17,08%,

apenas as despesas feitas no ano de 2014 que seria no 1º quadrimestre e liquidadas, aquilo que já foi executado, já o relatório de gestão pega os pagos independente do período que ele foi feito, mas a Lei Complementar 141/2012 coloca bem claro que o que vale para o acompanhamento do índice é o SIOPS. O Vereador Régis comentou ainda que a questão operacional não é a discutida nesta Audiência Pública e sim a questão técnica e numérica, mas para entenderem a pergunta facilita a resposta, disse que vem acompanhando as datas de empenhos e datas de pagamentos, com relação à empresa que presta serviço ou disponibiliza os profissionais da Saúde, aqui no caso seria a Única Saúde S.A., que trata de Serviços Médico-Hospitalar, com diversos empenhos em várias páginas, vários pagamentos proporcionais ao mês ou correspondente ao valor. Também com relação a Serviços Médico-Hospitalar, daí cada um tem seu convênio e sua modalidade e compreende isso, mas no caso específico para a Associação Hospitalar São Carlos, que é o Hospital Bom Jesus de Taquara, página 6 de 35, descritivo das despesas com quatro empenhos com relação a alguns pagamentos que foram realizados, esses valores são correspondentes aos recursos livres do Município, dos nossos impostos que é repassado para o Hospital, conforme o convênio. O Vereador Régis acrescentou que sua colocação também responde ao questionamento inicial da Vereadora Sirlei. Além disso, fez uma observação na página 5 de 35, empenhos da Única Saúde S.A., no qual são seis empenhos com valores individuais na casa de cem mil reais que foram pagos e retornando na página 1 de 35 encontra-se um valor de mais ou menos duzentos e setenta mil reais, então aproximam-se quase oitocentos e cinquenta mil reais pagos no 1º quadrimestre para ter os médicos no Município gerenciados pela Secretaria da Saúde, e, para o Hospital que é cobrado e exigido uma excelência em serviço por causa de um convênio, isso não culpa, mas é uma questão de gestão e adaptação e é preciso ver aonde está isso, foi repassado duzentos e trinta e seis mil reais, então existe uma certa discrepância e é importante abrir um debate com relação, pois nesta Audiência Pública também é importante a população escutar que, ou o Município está mal gerenciando a questão de controlar os seus médicos na Unidade Básica de Saúde, daí não está disponibilizando no Hospital, ou o Hospital não está sabendo administrar, em algum lugar tem algum erro que o dinheiro não está chegando de forma necessária que é preciso adequar isso, pois certamente isso dá um reflexo no atendimento à população. Para concluir o Vereador Régis questionou a respeito da página 21 de 35, descritivo das despesas, limpeza e conservação com vários pagamentos e acredita que isso certamente é de uma empresa que presta serviços na rede municipal de atendimento. Sobre esta questão a Servidora Lidiane confirmou que sim, que esta empresa presta serviço de mão de obra em todas as Unidades de Saúde. Na página 35 de 35, Recurso Vinculado: 4935 – Construção ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde, Ministério da Saúde, Restituição de Convênios, empenho 20141003310, data do empenho 11/04/2014, data do pagamento 25/04/2014. Sobre isso o Vereador Régis perguntou se o Município devolveu ao Ministério da Saúde esse recurso e a Servidora Lidiane respondeu que sim, trata-se de um recurso que o Município recebeu em 2009 para construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Santa Rosa com valor original de cem mil reais e depois foi pedido para que o Estado desse um reforço neste recurso, então o Município teve que escolher entre o recurso federal de cem mil e o recurso estadual de trezentos e trinta mil reais e a opção foi pelo recurso maior necessitando a devolução dos cem mil para garantir o valor do estado. Diante do exposto o Vereador Régis

agradeceu os esclarecimentos, dizendo estar satisfeito e deixou registrado que nada pessoalmente a alguns servidores muito menos com colegas Vereadores, mas tem um entendimento com relação ao orçamento geral do município onde as coisas tem que andar harmonicamente e vem estudando o orçamento e identificando o seguinte: O município vem tratando as questões de recursos próprios, como folha de pagamento, ao mínimo investido em Educação e Saúde, além dos mínimos constitucionais ou legais previstos. Se considerar hoje 100% do imposto fazendo um cálculo digamos de cem reais que fosse o orçamento do município e tirar 52% para Saúde, tirar 25% no mínimo para Educação que é obrigação prevista na Lei Orgânica para ser investido, no mínimo 15% para Saúde que já está sendo investido em 20,22%, chegamos a 97.22% de um orçamento, esse é o seu entendimento. Por essas questões manifestou-se contrário a apresentação das peças de informações, não contrário as atitudes dos Servidores, mas um entendimento que o nosso mandato tem e deixar essa manifestação e que seja observada pelo Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, pois percebe-se que o município está orçamentariamente começando a ficar engessado por enes fatores e investimentos que a administração diz que está fazendo, mas acredita que endividamento e não investimento. Essa é sua manifestação contrária à apresentação de contas. Após a Servidora Mariane Farias apresentou o Relatório SARGSUS – Sistema de Apoio a Elaboração do Relatório de Gestão, contendo todas as informações da fonte SIOPS, frisando a parte preenchida pelo Município que são os campos onde diz Análise e Considerações Gerais. Não havendo mais manifestações o Presidente desta Casa agradeceu a presença de todos e às 17h53min declarou encerrada a presente Audiência Pública, lembrando que logo após, às 18h, será realizada Sessão Ordinária deste Legislativo. E, para constar, eu, Silvana Fernandes Lopes, servidora da Câmara Municipal de Taquara, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim, e após lida e achada conforme, será assinada pelos demais Vereadores desta Casa Legislativa. Sala de Sessões, 03 de novembro de 2014.....Silvana Lopes.